

Do mito da erradicação à utopia da igualdade social: o combate à pobreza

José Cavaleiro Rodrigues, ESCS - Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa

Seminário Um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável por Mês

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa
10 de outubro de 2019

Queria cumprimentar os organizadores, felicitá-los pela iniciativa que associa a comunidade académica e o ISCAL às prioridades globais para a Agenda 2030 das Nações Unidas. É um sinal importante de que estamos muito atentos aos processos que decorrem na sociedade e de que como instituição de formação e de qualificação das novas gerações, sabemos bem qual é o nosso papel – diria a nossa responsabilidade, para enfrentar os desafios prementes que se colocam à humanidade.

Os ODS identificam um conjunto de grandes problemas e aspirações globais que requerem uma ação à escala nacional e mundial, de governos, das empresas, da sociedade civil e de cada um individualmente, para erradicar a pobreza e criar uma vida com dignidade e igualdade de oportunidades para todos.

As soluções, o enfrentamento político daquilo que já foi chamado o “combate à pobreza”, não são propriamente a minha área de especialidade; conheço, ou pretendo conhecer, o problema mais do ponto de vista dos sujeitos e das suas experiências de vida, mas, ainda assim, deixaria aqui algumas notas sobre a capacidade para tratarmos a questão com velhas receitas.

Estávamos no início do ano e eu preparava-me para terminar um já longo trabalho de campo tendo em vista o doutoramento, quando soube que 2010 ia ser publicamente declarado “Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social” e que os países integrados na União tinham programado para esse ano uma série de reuniões, concursos, conferências e campanhas, tendo como principais objetivos, formalmente anunciados, interpelar os estereótipos e as perceções coletivas existentes sobre a pobreza e a exclusão social, sensibilizar as opiniões públicas e mobilizar os cidadãos e as instituições para a necessidade de combater o problema. Sem querer alargar-me muito na análise da programação, aquilo que ela revela é uma atenção muito particular conferida à comunicação e à sua função estratégica, domínios aos quais, direta ou indiretamente, se encontrava submetida a generalidade das ações.

Quem conhece a história do combate à pobreza e exclusão social no espaço da União Europeia, sabe que o tipo de preocupação então demonstrada com as representações que chegam aos cidadãos e que moldam as suas perceções dos mais desfavorecidos não tem antecedentes comparáveis. As iniciativas europeias conjuntas com incidência na luta contra a pobreza começaram com um primeiro programa em 1975 e, daí até ao final do século XX, seja ao nível das sucessivas gerações de programas dedicados a esta condição social particular, seja na criação de fundos sociais definidos em função de áreas de intervenção específicas, as políticas e as medidas europeias no que toca à proteção aos mais desfavorecidos sempre estiveram direcionadas para responder às necessidades mais concretas destas populações

e aos fatores estruturais impeditivos da sua integração socioeconómica plena.

O que terá então levado os políticos e as instituições europeias a afetar recursos a projetos de curto prazo que, através da comunicação junto dos públicos, visavam exclusivamente intervir sobre os processos de construção e difusão de imagens da pobreza e das identidades socialmente constituídas dos pobres e da sua condição? É sabido que, em áreas como a da pobreza, em que a perceção dos problemas por parte do conjunto das populações pode ser mais sensível aos estereótipos e aos preconceitos, a formação de um ambiente social favorável à intervenção dos estados pode justificar, só por si, o recurso a políticas mais incisivas de comunicação. Contudo, este princípio será genérico e razoavelmente intemporal. A questão, portanto, permanecia e residia em saber porquê naquele momento, naquele ano específico.

Contextualizemos então e situemos no tempo as opções tomadas. Os contornos e os conteúdos que foram conferidos ao Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social em 2010 resultam de deliberações tomadas pelas instituições europeias no decurso de 2008 e integram um plano mais amplo e ambicioso de ações cujo objetivo expresso era proteger os cidadãos da crise económica e financeira global que, assumidamente, nesse ano já assolava a Europa e ameaçava pôr em risco as estruturas produtivas e a estabilidade dos padrões de vida dos países membros¹. Revisitando a memória dos acontecimentos e dos

¹ A crise torna-se uma prioridade das agendas e a vigilância dos seus efeitos sociais a primeira das tarefas. Se não, veja-se a produção de documentos como 'Monitoring the social impact of the crisis. Public perceptions in the European Union: Analytical report'. Flash Eurobarometer Series nº276. The Gallup

discursos que fizeram a história desse período de eclosão da crise, constata-se, sobretudo entre analistas e responsáveis ao nível governativo e das instituições supranacionais, a existência de um estado de preocupação e ansiedade que ia crescendo à medida que o alastramento dos sinais de depressão nas economias, o avanço da crise dos mercados financeiros para os sectores produtivos e os prenúncios da subida em flecha das taxas de desemprego faziam reechar, cada vez mais, o aparecimento de ruturas e de fenómenos de contestação e violência social. Situações de desobediência civil e desordem pública como as que se registaram em França e na Grécia, entre o final de 2008 e o início de 2009, vieram aumentar os receios e comprovar que as piores previsões eram possíveis. É neste quadro que tem lugar a conceção de um Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social que faz da comunicação e da difusão de informação e do conhecimento existentes sobre os pobres a pedra de toque do programa, naquilo que aparenta ser também uma estratégia pensada de gestão e controle de formas de incompreensão e de descontentamento social. A pobreza constitui o motivo da programação, mas não são os pobres o seu primeiro destinatário. O verdadeiro alvo a atingir será a consciência social existente sobre o problema, trabalhando quer diretamente sobre as populações, quer ao nível dos decisores, das entidades técnicas e de outros intervenientes formadores de opinião, de modo a que, também por esta via, se possa precaver e condicionar, não só a reação dos mais desfavorecidos, mas a de todos os grupos sociais que, sob a pressão da crise e das dificuldades económicas, estarão sujeitos a uma maior fragilização e suscetíveis a que a sua insatisfação seja canalizada contra os

mais pobres e as eventuais medidas com que os estados se vejam na necessidade de implementar para os proteger.

A congratulação com o “sucesso” e os “progressos realizados” deram o tom ao discurso e às declarações com que se assinalou o encerramento desse Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social. O presidente da Comissão Europeia, autor destas palavras, transmitiu a avaliação positiva da União em relação às ações com que ao longo de 2010 se pretendeu elevar a consciência das populações europeias para os problemas associados à pobreza no continente. Mês após mês, eu tinha vindo a acompanhar os desenvolvimentos do programa, mas as notícias que chegavam a marcar a agenda da pobreza eram menos as dos eventos do Ano Europeu e mais as dos sinais indesejáveis dum crescimento do problema, alicerçado na crise das economias e na perspetiva da intensificação dos cortes nas despesas sociais dos estados. Quando saíram os primeiros números relativos a esse período, confirmou-se a ironia de, durante um ano que lhes foi politicamente dedicado num dos espaços económicos mais ricos da humanidade, os pobres terem aumentado de número, assim como as suas dificuldades. Em 2010, cerca de 23,4% da população dos 27 estados membros da União Europeia encontrava-se em risco de pobreza e exclusão social, mais 0,3 pontos percentuais do que em 2009. Em Portugal, estimava-se em 25,3% o valor da população que se encontrava em risco de pobreza e exclusão social, um aumento de 0,4 pontos percentuais face ao ano anterior². Já em 2000, nas

² Fonte: EUROSTAT, “Population and social conditions”. In Statistics In Focus, 9/2012. Disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-12-009/EN/KS-SF-12-009-EN.PDF<<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:298:0020:0029:EN:PDF>> [Consult. 3 Fevereiro 2012].

Este indicador, de ‘risco de pobreza e exclusão social’, dá origem a valores mais elevados do que os habituais, porque é um indicador composto. À população que se encontra em ‘risco de pobreza’ absoluta,

conclusões da Cimeira de Lisboa, a Europa da união anunciara como objetivo estratégico das suas políticas sociais a “erradicação da pobreza”. As estatísticas vieram provar o irrealismo desse tipo de metas e nunca durante a década que se seguiu os valores do ‘risco de pobreza’ absoluta desceram abaixo da casa dos 16%, valor em que já se encontravam em 2000. Em Portugal, apesar de tudo, a evolução foi mais favorável e a mesma taxa caiu de 21% para 18%, entre 2000 e 2010. Os políticos europeus não parecem deter-se nesta escassez de resultados e na nova Estratégia para o Crescimento Europa 2020, negociada também em 2010³, voltam a assumir compromissos, desta feita quantificados. No terceiro vetor da “estratégia 20-20”, o do crescimento inclusivo, a luta contra a pobreza ganha de novo foros de prioridade, ao ponto de se pretender reduzir em “pelo menos” 20 milhões o número de pobres, resultado que se fosse alcançado equivaleria a cortar em 25% os efetivos da pobreza na Europa até 2020. A ambição vã parece ser contagiante e em Lisboa, pela mesma altura, o ministério da tutela propunha que Portugal contribuísse baixando em 200.000 o número de pobres durante a mesma década⁴.

Atendendo ao contexto macroeconómico e às perspetivas recessivas criadas primeiro pela crise do sector financeiro e bancário e, logo de seguida, prolongadas pelas medidas de combate aos *deficits* e às dívidas públicas, estas promessas,

agrega a que está em situação de ‘privação material’ e ainda a que integra ‘agregados familiares com baixa intensidade de trabalho’.

³ Aprovação final pelo Conselho Europeu a 16 de Junho de 2010. Documento disponível em http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/ec/115346.pdf [Consult. 15 Janeiro 2012].

⁴ Afirmações da própria ministra do Trabalho e da Segurança Social, Helena André, durante a sessão de encerramento nacional do AECPEs, Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, em Lisboa, a 10 de Dezembro de 2010.

lançadas numa época que só podia ser caracterizada como de total incerteza, soam a otimismo despropositado ou a um irrealismo que dispensa previsões fundamentadas. A situação económica nacional e europeia mudou, entretanto, positivamente, mas à entrada do último ano da década continua a ser bastante duvidoso que se possa, mais uma vez, ficar próximo das metas traçadas.

Não deixa de ser curioso observar que, quando se trata de pensar o futuro, a atitude generalizada das famílias das classes trabalhadoras cujas trajetórias de mobilidade acompanhava em 2010, era bem mais ponderada do que a postura institucional. Muito embora o passado e o presente lhes dessem provas da sua capacidade para ultrapassar dificuldades e progredir socialmente, não transformavam essas experiências num desejo irracional ou ilimitado de ascensão. Sem abdicarem de tentar levar para a frente os seus projetos familiares, sabiam ser seletivos, distinguir o provável do improvável, calcular rigorosamente o que estava ao seu alcance e agir em conformidade. Por comparação com os seus pares e com os grupos de referência que lhe estavam mais próximos, tinham a noção plena da posição que ocupavam e das distâncias que haviam criado, do que tinham conquistado, assim como do que podiam ainda tentar conquistar, sem ilusões ou ambições desmedidas. O princípio de realidade, que orientava as suas perceções e comportamentos, transparecia nessa aceitação tácita dos lugares em que se encontravam e num sentido dos limites, em relação àquilo a que podiam legitimamente aspirar e vir a tornar-se no futuro.

José Cavaleiro Rodrigues